

PRINCIPAIS NOTÍCIAS



pgespoficial O estado de São Paulo lançou o programa Dignidade Íntima, que estabelece e garante uso de recursos para compra e distribuição gratuita de absorventes para estudantes da rede estadual. A intenção dessa iniciativa é beneficiar, principalmente, meninas de 10 a 18 anos em situação de vulnerabilidade econômica e social.

A rede estadual de educação possui 1,6 milhão de alunas; destas, mais de 790 mil estão cadastradas em programas sociais. Os protocolos de distribuição garantem o cuidado e a privacidade das meninas, criando diversos canais de atendimento. Este mês, a Secretaria de Educação iniciará formações para orientar as equipes.

A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que uma entre dez meninas no mundo sofrem com o impacto da pobreza menstrual durante a vida escolar. Estima-se que, no Brasil, esse número seja uma em quatro. A ONU reconhece o direito à higiene menstrual como uma questão de direito humano e à saúde pública em 2014.

21 sem

PAGUEI O DÉBITO MAS,
MESMO ASSIM, MEU
NOME FOI INSCRITO EM
DÍVIDA ATIVA. O QUE
DEVO FAZER?



   @pgespoficial



pgespoficial Se você possuir prova inequívoca do pagamento do imposto antes da sua inscrição em dívida ativa, poderá encaminhar requerimento ao Posto Fiscal mais próximo, solicitando baixa no débito.

 Consulte o site

<https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/Paginas/Cidadao.aspx> para instruções.

20 sem



pgespoficial A Justiça Restaurativa é um conjunto de princípios e técnicas para a solução de conflitos, bem como um processo de aprendizagem coletiva sobre responsabilidades e justiça como valor humano. Ela opera coletivamente, por meio do diálogo, com base em contar histórias, no resgate do senso de dignidade e valor de cada um dos envolvidos.

A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo é pioneira nesse assunto na seara disciplinar e já contribuiu com diversos órgãos na sua implantação. A PGE/SP abriga um programa intersecretarial, no qual realiza a reparação de conflitos interpessoais de servidores das Secretarias de Administração Penitenciária, Saúde, Educação e da própria PGE. Além disso, promove círculos e eventos para sensibilização e reflexão sobre o tema.

A resolução N° 225 de 31/05/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário. Para fortalecer essa prática, em 2019, a Resolução N° 300 acrescentou-lhe os artigos 28-A e 28-B, dispondo de um prazo de 180 dias para sua implantação da prática nos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais, além da criação do Fórum Nacional de Justiça Restaurativa.

[#justicarestaurativa](#) [#pgesp](#) [#advocaciapublica](#)

20 sem



**ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
EDITAL DE CONVITE PGE Nº 09/2021**

PROCESSO GDOC Nº PGE-PRC-2021/01104

OBJETO: execução de serviços técnicos de engenharia, objetivando a elaboração do projeto básico, executivo e complementares para os serviços das redes elétricas, sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) e climatização de todo o prédio.

Abertura: 03/08/2021

O Edital poderá ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico <http://www.imprensaoficial.com.br>. A versão completa contendo as especificações, desenhos e demais documentos técnicos relacionados à contratação, poderá ser obtida na sede da Unidade Contratante, mediante simples requerimento ou por meio eletrônico, no endereço eletrônico teodora@sp.gov.br e/ou maaquino@sp.gov.br.

A sessão pública do convite, data de entrega e abertura dos envelopes ocorrerá no dia 03 de agosto de 2021, às 10:00hs, na Sede da Procuradoria Geral do Estado, à Rua Pamplona, nº 227, no 2º andar, sala 1, bairro Jardim Paulista, São Paulo/SP.



pgespoficial A Procuradoria Geral do Estado realizará licitação objetivando a elaboração de PROJETO básico, executivo e complementares para serviços das redes elétricas, sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) e climatização.

A licitação será processada na modalidade Convite na próxima terça-feira (03), os interessados em apresentar suas propostas podem visualizar o edital completo no site <http://www.imprensaoficial.com.br>, solicitar a versão completa por requerimento simples na sede da PGE ou por meio eletrônico nos e-mails: teodora@sp.gov.br ou maaquino@sp.gov.br.

17 sem



pgespoficial 📄 O Decreto-Lei Estadual nº 18.018-A, de 23 de fevereiro de 1948, previa a regulamentação de Escritórios Jurídicos Regionais. A partir disso, iniciou-se a organização das Subprocuradorias Regionais e, a partir do Decreto Estadual nº 9.721/1977, foi proporcionado a descentralização da PGE permitindo a cobertura de todas as regiões, designando as Procuradorias Regionais.

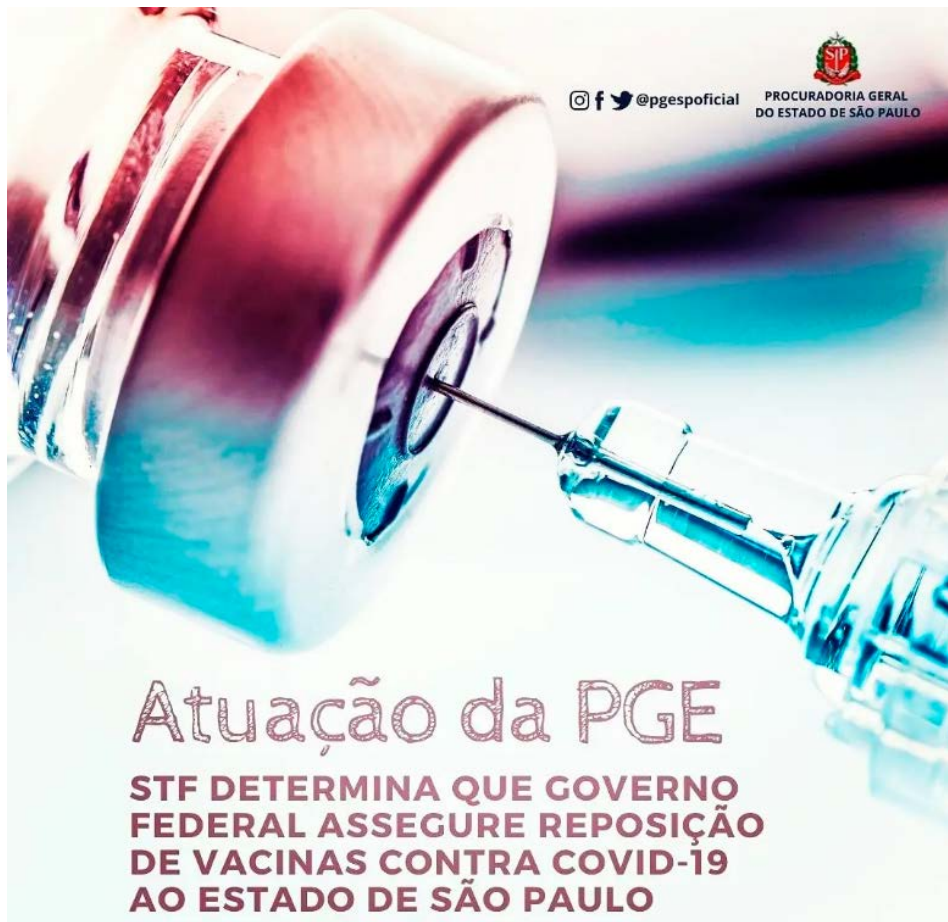
📍 Hoje, a Procuradoria Geral do Estado possui doze Procuradorias Regionais: Grande São Paulo (PR-1), Santos (PR-2), Taubaté (PR-3), Sorocaba (PR-4), Campinas (PR-5), Ribeirão Preto (PR-6), Bauru (PR-7), São José do Rio Preto (PR-8), Araçatuba (PR-9), Presidente Prudente (PR-10), Marília (PR-11) e São Carlos (PR-12).

⚠️ As funções das Regionais são as mesmas das especializadas, executam atribuições pela procurador geral, mas sem o exercício de função consultiva entre as atribuições regulares.

😊 Agora fala para a gente! Qual é a sua Regional?

#procuradoriasregionais #pgesp #advocaciapública

16 sem



@pgespoficial


PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Atuação da PGE

**STF DETERMINA QUE GOVERNO
FEDERAL ASSEGURE REPOSIÇÃO
DE VACINAS CONTRA COVID-19
AO ESTADO DE SÃO PAULO**



pgespoficial O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, nesta terça-feira (17), que o Ministério da Saúde restabeleça a distribuição de vacinas da Pfizer para o estado São Paulo. A decisão é assinada pelo relator do STF, Ministro Ricardo Lewandowski.

[#atuaçãodapge](#) [#advocaciapública](#) [#procuradoresdoestado](#)
[#procuradoriageraldoestado](#) [#vacinas](#)

15 sem